

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### RESOLUÇÃO Nº 21/2022-PGJ, DE 5 DE MAIO DE 2022.

*Altera a Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no § 5º do artigo 4º da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

**Art. 1º** Alterar as atribuições, a nomenclatura e a subordinação do cargo de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, funções de Chefe do Núcleo de Compras e Chefe de Núcleo de Controle de Protocolo, que constam no Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, para que passem a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 5 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2022-PGJ, DE 5 DE MAIO DE 2022.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE NÚCLEO	CHEFE DO NÚCLEO DE ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS	MPDS-107
SUBORDINAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
Chefiar as atividades de seu núcleo, cabendo-lhe, ainda: 1. Receber os processos administrativos encaminhados à Secretaria de Administração e efetuar sua análise preliminar; 2. Elaborar documentos, estudos técnicos, minutas, termos, inclusive os de referência, relatórios de produtividade e relatórios anuais e demais expedientes administrativos pertinentes aos diversos procedimentos da Secretaria de Administração; 3. Juntar documentos e efetuar registros nos processos administrativos quando se fizer necessário; 4. Emitir certidões, relatórios e manifestações; 5. Auxiliar no acompanhamento rotineiro dos contratos quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais; 6. Executar outras atividades correlatas delegadas pela Secretaria de Administração.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Ensino superior completo.		

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE NÚCLEO	CHEFE DO NÚCLEO DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES E RESULTADOS	MPDS-107
SUBORDINAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
Chefiar as atividades de seu núcleo, cabendo-lhe, ainda: 1. Receber e efetuar a análise preliminar dos processos administrativos encaminhados à Secretaria de Administração; 2. Controlar e acompanhar as informações, os dados, as metas, os indicadores e os resultados pertinentes aos processos administrativos e procedimentos diversos da Secretaria de Administração; 3. Emitir certidões, relatórios e manifestações; 4. Juntar documentos e efetuar registros nos processos administrativos quando se fizer necessário; 5. Realizar o acompanhamento rotineiro dos contratos quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais; 6. Executar outras atividades correlatas delegadas pela Secretaria de Administração.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Ensino superior completo.		



CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE NÚCLEO	CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO	MPDS-107
SUBORDINAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
Chefiar as atividades de seu núcleo, cabendo-lhe, ainda: 1. Receber expedientes, processos administrativos e procedimentos diversos da Secretaria de Administração, controlando e acompanhando sua tramitação; 2. Emitir certidões, relatórios, manifestações e efetuar o controle de indicadores; 3. Juntar documentos e efetuar registros nos processos administrativos quando se fizer necessários; 4. Controlar os arquivos físicos e digitais da Secretaria de Administração; 5. Controlar a triagem de documentos a serem eliminados; 6. Auxiliar no controle dos prazos de vigência de todos os contratos administrativos e convênios do MPMS; 7. Auxiliar no acompanhamento rotineiro dos contratos quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais; 8. Executar outras atividades correlatas delegadas pela Secretaria de Administração.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Ensino superior completo.		

#### PORTARIA Nº 2138/2022-PGJ, DE 9.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Substituto Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá no dia 27.5.2022 e no período de 30.5 a 3.6.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2139/2022-PGJ, DE 9.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Corumbá, Rodrigo Correa Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca no dia 27.5.2022 e no período de 30.5 a 3.6.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2140/2022-PGJ, DE 9.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 12 e 13.5.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2141/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Cassilândia no dia 17.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2146/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1919/2022-PGJ, de 28.4.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de maio de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
21 e 22.5.2022	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
21 e 22.5.2022	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2147/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2017/2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004196-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2148/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 16 a 25.5.2022, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2152/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 21ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 11ª Vara do Juizado Especial Central (2) da referida Comarca no período de 23 a 27.5.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2159/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 5ª Vara Criminal da referida Comarca, em regime de mutirão, no dia 17.5.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2160/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Sete Quedas no dia 19.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2161/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Pedro Gomes no dia 19.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2163/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 5 (cinco) dias de compensação no período de 18 a 22.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 6 e 7.6.2020 e 8, 9 e 11.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2164/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 12 e 13.5.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2012 a 6.1.2013, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2165/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti 2 (dois) dias de compensação nos dias 16 e 17.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 23 a 30.3.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2166/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 1 (um) dia de compensação no dia 13.5.2022, pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no período de 29.7 a 3.8.2018, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 3/2020-PGJ, de 11.2.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2167/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Glória de Dourados, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Costa Rica no dia 19.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2134/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Dan Philippe Carneiro, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 14.4.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 5.526, de 8 de junho de 2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 2136/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2271/2021-PGJ, de 28.6.2021, que concedeu ao servidor Frederico Correa Pereira da Silva a renovação da jornada especial de trabalho, de forma que, onde consta “a ser cumprida das 14h às 18h”, passe a constar “a ser cumprida das 15h às 19h”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**PORTARIA Nº 2149/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 25.4 a 6.5.2022, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor Rony Pedroso Vasques, Técnico I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 2150/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Aline de Andrade Lara Moreira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 18ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 20.5.2022, em razão de férias da servidora Vanessa Yasmin Taira Agnelli, Assessora Jurídica.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 2154/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Paulo Roberto da Silva por meio da Portaria nº e-1634/2021-PGJ, de 6.12.2021, com redação dada pela Portaria nº 1267/2022-PGJ, de 23.3.2022, que seriam usufruídas no período de 12 a 17.9.2022, a serem usufruídas no período de 1º a 6.9.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 2155/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares à servidora Michele Menegat, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.6.2022 e de 13 a 22.10.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**PORTARIA Nº 2156/2022-PGJ, DE 9.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Selma Gonçalves por meio da Portaria nº e-999/2021-PGJ, de 3.9.2021, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.4.2022, a serem usufruídas no período de 4 a 13.4.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 2178/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Letícia Sousa Gonçalves por meio da Portaria nº e-355/2022-PGJ, de 18.4.2022, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2022, a serem usufruídas no período de 6 a 15.6.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 2179/2022-PGJ, DE 10.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares à servidora Adriana Lorensetti, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.6.2022 e de 27.2 a 8.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 17 DE MAIO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.**

**6. Expedientes:****6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

**Ofício nº 0274/2022/CGMP/MS**, de 31.3.2022. O Corregedor-Geral do Ministério Público encaminha Relatório Circunstanciado Semestral dos Membros do Ministério Público em Estágio Probatório referente ao período de setembro de 2021 a fevereiro de 2022, em atenção ao disposto nos artigos 18, inciso XV, e 59, § 5º, da Lei Complementar nº 72/94, bem como ao que determina o artigo 40 da Resolução nº 001/2022-CSMP/MS. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00031709-7*)



**Ofício nº 0288/2022/CGMP/MS**, de 6.4.2022. O Corregedor-Geral do Ministério Público, em atenção aos artigos 18, inciso XI e art. 172, da Lei Complementar nº 72/94, com as alterações conferidas pela Lei Complementar nº 145/2010, encaminha Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, prevista no Aviso 10/CGMP/2021, publicado no DOMP nº 2571, de 06 de dezembro de 2021, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de São Gabriel do Oeste, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Pedro Gomes e Sonora. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00035528-0)*

**Ofício nº 0264/2022/CGMP/MS**, 28.3.2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00029615-2)*

**Ofício nº 0267/2022/CGMP/MS**, 31.3.2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00031421-2)*

**Ofício nº 0242/2022/CGMP/MS**, 21.3.2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00027645-6)*

## **2. Coordenadoria dos Recursos Especializados Cíveis:**

**Ofício nº 04/2022/CRE-Cíveis**, de 30.3.2022. O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis, Marcos Antonio Martins Sottoriva, encaminha cópia da Ata da Reunião Ordinária das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis, em atenção ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012-CPJ. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00030982-0)*

## **3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos:**

**Ofício nº 006/2022/CPJ-Int.Dif.Col.**, de 22.2.2022. A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Ariadne de Fátima Cantú da Silva, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 01/2022, da reunião extraordinária da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, realizada em 3 de fevereiro de 2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00017400-6)*

**Ofício nº 009/2022/CPJ-Int.Dif.Col.**, de 26.4.2022. A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Ariadne de Fátima Cantú da Silva, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 02/2022, da reunião extraordinária da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, realizada em 19 de abril de 2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00041571-9)*

## **4. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:**

**Ofício nº 008/2022/CPJ-Criminais**, de 19.4.2022. O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais, João Albino Cardoso Filho, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 02/2022 referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 9 de março de 2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00038919-2)*

## **5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

**Ofício nº 0016/2022/01PJ/SDN**, de 18.3.2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00026922-2)*

## **6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

**Ofício nº 0072/2022/01PJ/MRD**, de 11.4.2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2022.00036476-8)*

## **7. Ordem do dia:**

### **7.1. Matéria Administrativa:**

#### **7.1.1. Julgamento de Procedimentos:**

##### **1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002898-1**

Requerente: Dr. Marcos André Sant'Ana Cardoso - Promotor de Justiça

Assunto: Afastamento com licença integral, com prejuízo das funções, pelo período de 29 de junho de 2022 a 20 de dezembro de 2023, para frequentar curso de Mestrado em Direito Americano (*Máster of Laws*), na Universidade de Syracuse, no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, nos termos do exposto.

**Relatora-Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

##### **2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00000412-0**

Assunto: Análise da composição da Comissão Eleitoral descrita no art. 7º, § 5º, da Resolução nº 001/2009-CSMP, em simetria às alterações promovidas pela Lei Complementar nº 281, de 17 de dezembro de 2020.

**Relatora-Conselheira Esther Sousa de Oliveira**

**7.1.2. Transferência e Promoções:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00006127-6**

Expediente: Aviso nº 20/2021/CSMP, de 19.11.2021, publicado no DOMPMS nº 2.561, em 22.11.2021.

Assunto: Transferência para a 37ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Segunda Instância.

Inscritas: Procuradoras de Justiça Sara Francisco Silva e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004497-0**

Expediente: Aviso nº 15/2022/CSMP, de 5.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.660, em 6.5.2022.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância.

Inscrito: Gustavo Henrique Bertocco de Souza

**Relatora-Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004495-9**

Expediente: Aviso nº 16/2022/CSMP, de 5.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.660, em 6.5.2022.

Assunto: Promoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

Inscrito: Anthony Állison Brandão Santos.

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/PGJ/2022 - SRP****PROCESSO Nº 09.2021.00006206-4****UASG 453860**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2022 - SRP (Processo nº 09.2021.00006206-4).

**Objeto:** Registro de Preço para eventual prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Capital e interior do Estado, inclusive fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários.

**-Abertura das propostas:** dia 26 de maio de 2022, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

**Retirada do Edital:** a partir de 11 de maio de 2022, por meio dos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS), das 13 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

**Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Gestão e Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 28/04/2022:**

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão e Fiscalização do Contrato: Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 10 de maio de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 20/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº: 06.2022.00000388-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Laura Guedes da Silva de Melo

Objeto: Averiguar possível intervenção irregular em Área de Preservação Permanente do barramento do Córrego Pontal, localizada no Lote 05, Quadra 105, Rua Fluviópolis, Parque Jardim Atlântico, nesta capital, objeto do auto de infração n. 502919, emitido pela SEMADUR.

Campo Grande, 5 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 21/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº: 06.2022.00000386-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Edison Paula dos Santos.

Objeto: Averiguar possível intervenção irregular em Área de Preservação Permanente do barramento do Córrego Pontal, localizada no Lote 05, Quadra 107, Rua Fluviópolis, Parque Jardim Atlântico, nesta capital, objeto do auto de infração n. 502926, emitido pela SEMADUR.

Campo Grande, 5 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 22/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº: 06.2022.00000384-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Eduardo Youssef Ibrahim.

Objeto: Averiguar possível intervenção irregular em Área de Preservação Permanente do barramento do Córrego Pontal, localizada no Lote 05, Quadra 106, Rua Fluviópolis, Parque Jardim Atlântico, nesta capital, objeto do Auto de Infração n. 502921, emitido pela SEMADUR.

Campo Grande, 5 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 23/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº: 06.2022.00000383-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Marcelo Vendas Righetti.

Objeto: Averiguar possível intervenção irregular em Área de Preservação Permanente do barramento do Córrego Pontal, localizada no Lote 11, Quadra 103, Rua Fluviópolis, Parque Jardim Atlântico, nesta capital, objeto do auto de infração n. 502915, emitido pela SEMADUR.

Campo Grande, 5 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 24/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº: 06.2022.00000382-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Marcelo Rosa Ribeiro.

Objeto: Averiguar possível intervenção irregular em Área de Preservação Permanente do barramento do Córrego Pontal, localizada no Lote 02, Quadra 108, Rua Fluviópolis, Parque Jardim Atlântico, nesta capital, objeto do auto de infração n. 502928, emitido pela SEMADUR.

Campo Grande, 5 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 25/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº: 06.2022.00000381-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: WM Empreendimentos e Participações LTDA.

Objeto: Averiguar possível intervenção irregular em Área de Preservação Permanente do barramento do Córrego Pontal, localizada no Lote 01, Quadra 105, Rua Fluviópolis, Parque Jardim Atlântico, nesta capital, objeto do auto de infração n. 502917, emitido pela SEMADUR.

Campo Grande, 5 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 26/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2022.00004264-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: José Mirandola Filho.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2021.00000842-6, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Camisa.

Campo Grande, 6 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 27/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2022.00004258-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Lutário Adolfo Berger.

Objeto: Fiscalizar eventual descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 60/2008 e necessidade de eventual celebração de aditivo, diante do teor do Laudo de Constatação n. 3001 e Auto de Infração n. 7426 emitidos pelo IMASUL (Fazenda Sulina).

Campo Grande, 6 de maio de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL Nº 004/02PJ/2022/ATD**

O Ministério Público da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003470-6

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *Acompanhamento das inspeções realizadas no serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes de Aparecida do Taboado (Casa Abrigo), no ano de 2022.*

Aparecida do Taboado/MS, 10 de maio de 2022.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.



**EDITAL Nº 005/02PJ/2022/ATD**

O Ministério Público da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004282-8

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *fiscalizar o processo de escolha de membros do Conselho Tutelar de Aparecida do Taboado.*

Aparecida do Taboado/MS, 10 de maio de 2022.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

---

**BELA VISTA**

---

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****Inquérito Civil 06.2019.00001165-0**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Pedro Henrique Loureiro Palmieri – Fazenda Galpão de Cedro.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2019.00001165-0, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 8,778 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Galpão de Cedro em Bela Vista/MS”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Pedro Henrique Loureiro Palmieri, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 8,77 hectares de vegetação nativa, fora de área de preservação permanente e fora de área de reserva legal em sua propriedade, Fazenda Galpão de Cedro, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Galpão de Cedro, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais), cujo pagamento será feito à vista, com vencimento para o dia 10 de maio de 2022.

Bela Vista-MS, 10 de maio de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça



**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****Inquérito Civil 06.2020.00000289-4**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Rafael Tibyriça Loureiro da Rosa – Fazenda Boijaguá - Parte II.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2020.00000289-4, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Boijaguá - Parte II em Bela Vista/MS”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Rafael Tibyriça Loureiro da Rosa, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 42,20 e 6,04 hectares de vegetação nativa, em sua propriedade, Fazenda Boijaguá – Parte II, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Boijaguá – Parte II, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) - cujo pagamento dar-se-á em 05 (cinco) parcelas sucessivas, sendo R\$2.000,00 (dois mil reais) com vencimento para o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando em 10/04/2022 e encerrando em 10/08/2022.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

Bela Vista-MS, 10 de maio de 2022.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****Inquérito Civil 06.2021.00001152-0**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Hideo Takeuchi – Fazenda União I.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2021.00001152-0, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 42,49 hectares de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda União I, em Bela Vista/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 564/19”.

**DAS OBRIGAÇÕES**



**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O COMPROMISSÁRIO, Hideo Takeuchi, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 42,49 hectares de vegetação nativa localizada em área declarada como remanescente de vegetação nativa e área consolidada, em sua propriedade, Fazenda União I, localizada em Bela VistaMS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda União I, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) - cujo pagamento dar-se-á da seguinte forma: PARCELA ÚNICA com vencimento para o dia 10 de maio de 2022.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil.

Bela Vista-MS, 10 de maio de 2022.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

#### CASSILÂNDIA

#### **EDITAL Nº 0004/2022/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003703-6, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003703-6

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência no Município de Cassilândia/MS, conforme preconizado na Lei nº 13.431/17 e no Decreto nº 9.603/18.

Cassilândia-MS, 09 de maio de 2022

**EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES**  
Promotor de Justiça em substituição legal